O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

ANO INICIA TURBULENTO, MAS DEVE ACALMAR

EM VIRTUDE da politização da vacinação contra a COVID-19, o ano começa mais turbulento do que seria necessário. Esse ambiente deixa os agentes econômicos com muitas dúvidas. E isso não se refere apenas ao mercado financeiro; muitas indústrias não retomaram à produção plena em função da insegurança da demanda. Como consequência, há falta de muitos insumos e produtos. A ***Agroanalysis*** espera que, até o final do primeiro trimestre, o quadro fique mais claro. A demanda pelos produtos agropecuários parece garantida, assim como os bons preços, muito pela ajuda do câmbio.

Ao longo do ano, o real irá valorizar-se e a inflação será ligeiramente maior. Vale lembrar que, entre abril e maio, haverá, matematicamente, um soluço, com a inflação ultrapassando o teto da meta provavelmente. Mas, até dezembro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) não deverá ultrapassar os 3,0%. A demanda ainda está muito limitada, o que impede a generalização de maiores repasses de preços.

A Selic irá subir ligeiramente ao longo do ano e ainda mais em 2022. Portanto, deve haver atenção aos juros. Qualquer financiamento por um ano com juros de 7,0% ao ano é caro e deve ser evitado. Mas financiar um equipamento por mais de cinco anos com juros fixos de 7,0% ao ano tende a ser uma decisão razoável. É bastante provável que, em dois anos, a Selic esteja ao redor de 5,0% ao ano. Vale lembrar que essa taxa é a melhor referência de quanto rende a aplicação de recursos próprios. Hoje, as aplicações rendem menos de 2,0% ao ano em termos reais; logo, renderão algo próximo de 5,0% em dois anos. Portanto, juros de 7,0% ao ano em financiamentos de prazo longo podem ser convenientes.

Em 2020, mesmo diante de um cenário desafiador em razão da pandemia de COVID-19, as exportações do agronegócio brasileiro somaram US$ 110,8 bilhões (segundo maior valor já registrado). Mais uma vez, a soja foi o produto mais exportado, crescendo 8,0% em relação ao ano anterior. Quatro produtos – soja, carnes, produtos florestais e açúcar/álcool – representaram 72,5% do valor, mostrando uma grande concentração das nossas exportações. A soja, sozinha, foi responsável por 34,9% dos embarques do agro brasileiro. China e Hong Kong persistem como o principal destino dos produtos do nosso agronegócio, aumentando suas compras em 8,8% no último ano. O destaque vai para as vendas ao Sul da Ásia, ao Sudeste Asiático e à África Subsaariana, que cresceram, respectivamente, 30,8%, 29,3% e 18,3%.

Olhando para o cenário internacional, com a posse do novo presidente americano, Joe Biden, no mês passado, fica a dúvida se os Estados Unidos (EUA) serão aliados ou adversários do agro brasileiro. Na análise do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), o saldo das mudanças sugeridas até o momento pelo governo Biden, que envolvem estímulo econômico, relação com a China e agenda ambiental, deve ser positivo para o agronegócio brasileiro. No entanto, o Brasil precisa ser ágil para aproveitar as oportunidades que surgirão.

Na capa desta edição, destacamos como a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), por meio da comercialização dos créditos de descarbonização (CBios), tem transformado a gestão e a eficiência ambiental das usinas de cana-de-açúcar. Os CBios são emitidos pelas usinas e negociados na B3, podendo ser comprados de maneira voluntária ou compulsória. Nesse segundo caso, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) define metas individuais de compra pelas distribuidoras de combustíveis. O nosso artigo traz detalhes sobre a emissão e a comercialização desses títulos. Complementando o tema, na entrevista do mês, Jacyr Costa Filho, membro da Diretoria do Grupo Tereos e presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp), faz uma análise do setor de etanol no Brasil, abordando, além do RenovaBio, a evolução da matriz energética e a questão da eficiência dos carros a etanol frente

aos elétricos, além de apontar as suas expectativas para o futuro.

Na produção agrícola, avaliamos o resultado econômico da cultura de algodão na safra 2020/21. Com a expectativa de boa demanda nas exportações nacionais, os preços médios da safra atual estão 12,7% mais elevados. No entanto, devido ao aumento dos custos de produção e à redução da produtividade, o lucro será menor em relação ao da temporada anterior. Devido à grande oscilação de preços ao longo da safra, a estratégia de comercialização será fundamental para determinar o resultado final do produtor.

Por fim, no Caderno Especial do mês, a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) chama a atenção para a tendência firme e estruturada de crescimento nas exportações de soja e milho desde 2010, com exceção de 2014 e 2016, quando houve problemas climáticos. Para este ano, a produção deverá ficar próxima dos números apurados em 2020, assim como os embarques para o exterior. ■

VITÓRIA DA DEMOCRACIA NO RECUO DO ICMS

Em 7 de janeiro último, o governo paulista voltou atrás da sua decisão de majorar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de insumos agrícolas e farmacêuticos e, também, dos preços de alguns alimentos. Tal decisão teve origem no Projeto de Lei (PL) nº 529/20 e se confirmou pela Lei Estadual nº 17.293/20, aprovada pela Assembleia Legislativa.

Foi uma vitória da democracia moderna, determinada por dois fundamentos. O primeiro deles foi uma forte e bem organizada manifestação pacífica dos produtores rurais de todo o estado, chamada de "tratoraço". Em quase duas centenas de municípios, eles foram às ruas e às estradas com suas máquinas agrícolas protestando firmemente contra os aumentos referidos. Foi uma demonstração de caráter político típica de sociedades maduras: diante de um governo insensível aos reclamos das lideranças rurais, a alternativa encontrada foi a pressão popular.

Já o segundo fundamento foi a base técnica para o recuo, dada, em boa parte, por um estudo realizado pelo FGV Agro mostrando que o aumento da tributação implicaria uma redução da arrecadação. Frustrou-se, assim, o objetivo da área responsável pelo orçamento do estado, isto é, melhorar o fluxo de caixa. Ademais, mostrou-se o erro social da lei, que afetaria os custos de produção agrícola e os preços dos alimentos, prejudicando a população mais carente do estado.

O Executivo compreendeu e decidiu, corretamente, recuar quanto ao aumento do ICMS. Por que se pode dizer que foi um fenômeno típico da democracia moderna? Porque não basta a pressão política contra ações de governo, por mais razão que tenha o reclamante; é preciso provar essa razão tecnicamente. E, também, porque um governo democrático pode voltar atrás, o que não se observa no autoritarismo.

Mas a grande lição que ficou foi: mesmo um segmento ultrapacífico, conservador e moderado como o rural, quando bem conduzido, mostra o vigor da sua união se for injustiçado pelo poder público.



ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



@fgvagro
/fgvagro
@fgvagroanalysis
FGV Agro
/fgvagro

www.agroanalysis.com.br contato@agroanalysis.com.br